

CONTRIBUIÇÕES DA EPIGRAFIA PROVINCIAL ROMANA PARA O ESTUDO DA ESCRAVIDÃO ANTIGA: O QUE TÊM A NOS DIZER OS DADOS DA LUSITÂNIA?

Contributions of Roman Provincial Epigraphy to the Study of Ancient Slavery: What can the Data from Lusitania tell us?

Airan dos Santos Borges de Oliveira ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5090-9787>

E-mail: airan.oliveira@ufrn.br

^a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, RN, Brasil.

**DEBATE
ESCRAVIDÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY**

RESUMO

O presente texto toma como ponto de partida as reflexões realizadas por Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust no artigo “Escravidão antiga em perspectiva mediterrâника: uma proposta de abordagem global”. Meus comentários consistem em um primeiro esforço reflexivo dedicado a compreender como a Epigrafia provincial pode colaborar para o estudo da Escravidão Antiga nos contornos apontados pelos autores. Nesse sentido, conduzirei minhas reflexões a partir de duas perguntas simples, a saber: como os estudos epigráficos provinciais podem contribuir para testar e refinar o modelo de análise proposto por Joly e Knust? Quais caminhos de análise podemos identificar nos dados contextualizados na Lusitânia?

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão antiga; Epigrafia; Lusitânia romana.

ABSTRACT

This paper takes as its starting point the reflections made by Fábio Duarte Joly and José Ernesto Moura Knust in the article “Ancient Slavery in a Mediterranean Perspective: a Proposal for Global Approach”. My comments consist of a first reflective effort dedicated to understanding how provincial Epigraphy can contribute to the study of Ancient Slavery in the contexts indicated by the authors. In this sense, I will conduct my reflections based on two simple questions, namely: how can provincial epigraphic studies contribute to testing and refining the analysis model proposed by Joly and Knust? What paths of analysis can we identify in the data contextualized in Lusitania?

KEYWORDS

Ancient Slavery; Epigraphy; Roman Lusitania.

O texto proposto pelos professores Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust se contextualiza no campo de estudos dedicado à “escravidão antiga” e nasce como uma contribuição a um intenso movimento de renovação da área que inclui a revisão das “ortodoxias consolidadas pela influência da obra de Moses Finley”, nas palavras dos autores. Em diálogo com as críticas ao modelo finleyniano elaboradas por Noel Lenski (2018), David Lewis (2018) e Kostas Vlassopoulos (2021), e com as vertentes mais recentes de estudo sobre a escravidão atlântica, os autores se propõem a indicar os limites do conceito de “sociedade escravista” e a apresentar um novo modelo conceitual para o estudo da escravidão antiga. Deste modo, defendem como nova alternativa metodológica a ideia de um “sistema escravista mediterrâneo” que incluiria uma dupla temporalidade: uma “primeira escravidão” mediterrânea, cujo inicio remeteria ao contexto das cidades-Estados a partir do século IX a.C., e uma “segunda escravidão” mediterrânea, que teria lugar no âmbito do Império Romano, a partir do século I a.C., e englobaria as dinâmicas da escravização e as cadeias mercantis da primeira fase, bem como, também, a difusão do aparato institucional-jurídico. Este, teria atuado como fator de convergência entre diferentes sistemas escravistas de outras culturas mediterrânicas.

Como uma historiadora interessada em estudar o Império Romano a partir da perspectiva provincial, desenvolvi o presente comentário considerando os dados epigráficos da província da Lusitânia, tomando como referência cronológica a “segunda escravidão” mediterrânea apresentada pelos autores. O primeiro marco da minha argumentação será uma breve apresentação das especificidades da documentação epigráfica provincial para o estudo do Império Romano, após isso, indicarei alguns caminhos para o estudo dos escravos e libertos no contexto provincial.

O IMPÉRIO ROMANO A PARTIR DAS PROVÍNCIAS: AS ESPECIFICIDADES DOS ESTUDOS EPIGRÁFICOS

Como sabemos, em termos documentais, estudar o Império Romano a partir dos contextos provinciais envolve, necessariamente, considerar tipologias documentais diversas produzidas por comunidades com horizontes culturais distintos, artificialmente agrupadas por Roma. A depender do objeto de análise escolhido, compreendo que o *corpus* documental a ser considerado deve englobar não somente os documentos produzidos pelo centro imperial a respeito do território transformado em província, mas, principalmente, os registros documentais produzidos na intercessão entre o horizonte cultural (ítálico, mediterrâneo) trazido pela dominação com as diversas culturas locais e seus respectivos horizontes históricos. É nesse contexto que podemos compreender a produção epigráfica provincial.

Os registros epigráficos consistem em um vasto e rico conjunto documental de cultura material que incluem inscrições de diferentes tipologias (funerária, jurídica, honorífica, votiva, benemerente, militares, grafites cotidianos, monumentais, dentre outras) gravadas ou esculpidas em suportes compostos por materiais duráveis (feitos de pedra, metal, cerâmica, madeira etc.). Podemos afirmar que, no que se refere ao contexto romano do período republicano, a produção epigráfica foi uma prática majoritariamente confiada às elites. Contudo, a partir do século I a.C., vê-se uma mudança nessa orientação, a produção epigráfica alcança os territórios provinciais e passa ser realizada (isto é, passa a ser encomendada e financiada) por outros grupos populacionais.

Em se tratando da expansão da prática epigráfica para a Península Itálica e para os contextos provinciais ocidentais, também é possível observar uma mudança no espaço de fixação das inscrições, que passaram a considerar, além dos espaços cívicos, as zonas cemiteriais, as estradas e os portos, para citar alguns exemplos (Lloris, 2014). Sobre isso,

é importante destacar que o hábito de fixação de inscrições não teve a mesma intensidade ao longo de todo o período imperial romano, sendo mais considerável nos três primeiros séculos da nossa era.

Em termos historiográficos, um marco referencial importante para a revisão dos estudos da Epigrafia Latina é datado na década de 1980, quando as pesquisas ganharam uma nova perspectiva a partir do impacto da publicação do artigo de Ramsay MacMullen intitulado *The Epigraphic Habit in the Roman Empire* (1982). Uma das maiores contribuições de MacMullen consistiu na definição do conceito de hábito epigráfico. Embora suas teses tenham sido alvo de crítica de parte dos especialistas¹, ele foi um dos pesquisadores que identificaram uma mudança cultural importante no que se refere à expansão da produção das inscrições e sua difusão no período imperial. Além disso, sua pergunta fundamental marcou e continua a integrar os estudos epigráficos, a saber: por que as pessoas escreviam textos em pedra em toda a Itália e em todas as províncias romanas? (MacMullen, 1982, p.233).

Em linhas gerais, a “questão-problema” indicada por MacMullen acabou por colocar uma outra perspectiva para as investigações ao indicar a possibilidade de interpretar a prática epigráfica como um tipo específico de comunicação social que se expandiu para as províncias². Nesse caminho interpretativo, mais do que analisar os textos em seus contextos históricos, interessaria, também, examinar os diversos agentes envolvidos nesse processo. A produção epigráfica foi tomada como parte de um fenômeno cultural mais amplo, marcado pela indissocialização entre o texto, o monumento e as redes de produção e consumo, bem como pela expansão do hábito epigráfico com a ampliação da alfabetização do Latim e do seu uso como ferramenta de comunicação entre regiões distintas (Lloris, 2014, p.131).

Na atualidade, têm se revelado férteis as pesquisas que buscam cotejar a cultura epigráfica latina com outras culturas epigráficas de outros horizontes culturais mediterrânicos. Nessa direção, cito dois trabalhos de Francisco Beltrán Lloris, que apresentam bem a questão, a saber: *Palaeo-European studies: languages, writings, epigraphic cultures* (2020) e *Latinization, Citizenship, and the Epigraphic Habit* (2023). Neles, Lloris apresenta uma proposta de resignificação dos estudos Paleo-Europeus como um campo de pesquisa que abrigaria abordagens interdisciplinares, comparativas e abrangentes sobre os conjuntos de línguas locais, sistemas de escrita e práticas epigráficas que formam o estrato mais distante da cultura escrita européia. Sob tal perspectiva, as culturas epigráficas são entendidas como sistemas orgânicos de conhecimento e prática comunicativa que combinam linguagem, escrita e suporte para registrar e transmitir mensagens em contextos sociais e ideológicos bem definidos (Lloris, 2020, p. 13).

Apesar de não ser um campo de investigação estritamente novo, os estudos paleo-Europeus têm sido tradicionalmente abordados separadamente, não se constituindo em uma disciplina científica, o que levou a abordagens parciais e mais tendenciosas para a linguística ou a história; aos estudos demasiadamente regionais ou, ainda, com focos especializados de acordo com famílias linguísticas (indo-europeias, celtas, italianas) ou períodos históricos (orientalizante, romanização...) (Lloris, 2020, p. 13). Sob esse olhar, o enfrentamento dessa fragmentação se torna um objetivo importante para o avanço das investigações a respeito das culturas escritas mediterrânicas e, consequentemente, a latina (Lloris, 2023, p. 36-41).

¹ Críticas relacionadas, sobretudo, aos contornos do corpus documental considerado na argumentação proposta pelo autor.

² À época, suas análises serviram de inspiração para trabalhos importantes como os de Elizabeth Meyer, *Explaining the Epigraphic Habit in the Roman Empire: The Evidence of Epitaphs* (1990) e de Greg Woolf, *Monumental Writing and the Expansion of the Roman Society in the Early Empire* (1996), para citar dois exemplos.

Retomando o contexto imperial romano, comprehendo que, nas províncias ocidentais, a introdução, o desenvolvimento e a ampla profusão do hábito epigráfico se contextualizam num momento de estabilização das conquistas e na subsequente reestruturação jurídico-administrativa e econômica operacionalizada pelo domínio romano nos territórios anexados (com a implantação do sistema provincial para a organização, administração e exploração dos territórios). Somado a isso, outro vetor importante nesse processo foi a introdução ou o desenvolvimento de um urbanismo multifacetado, que poderia envolver a fundação de colônias, o controle de cidades pré-existentes e sua inserção na lógica jurídico-administrativa romana, por exemplo. De todo modo, especialmente entre os séculos I e III d.C., a produção epigráfica foi difundida para os espaços provinciais, abrangendo uma ampla gama de áreas, configurando-se como uma prática cultural "global".

Dado os limites desse texto e a título de experimentação, proponho uma apresentação panorâmica dos dados da Província da Lusitânia, localizada no oeste da Península Ibérica (abrangendo parte dos atuais territórios de Portugal e da Espanha, especificamente a região entre o rio Douro, o Algarve, a Extremadura espanhola e parte da Andaluzia) e criada por Augusto a partir da desanexação de parte do território da Hispania Ulterior, provavelmente entre os anos 16 a.C. e 13 a.C. A escolha pela Lusitânia se justifica pelo perfil estratégico da província para o estudo do Império Romano uma vez que sua fachada atlântica contribui de forma significativa para a observação de outros contextos regionais (comerciais, culturais, políticos) para além do Mediterrâneo.

A EPIGRAFIA PROVINCIAL DA LUSITÂNIA E O ESTUDO DA ESCRAVIDÃO ROMANA: APONTANDO CAMINHOS PARA O ESTUDO DOS ESCRAVOS E LIBERTOS OLISIPONENSES

Como já afirmado em outra oportunidade, diferentemente dos textos clássicos, o *corpus* epigráfico peninsular está em contínua expansão, haja vista o avanço das pesquisas arqueológicas nos distintos sítios mapeados e a descoberta de novas inscrições³ (Borges-Oliveira, 2016, p. 190-191). Aqui, farei uma breve apresentação das potencialidades analíticas desse *corpus* para a investigação a respeito dos escravos e libertos no complexo contexto das relações socioeconômicas da província.

A dispersão das inscrições e as problemáticas relacionadas à identificação de escravos e libertos são duas características relevantes na documentação epigráfica peninsular. Conforme o levantamento de Silvia Teixeira, no caso da Lusitânia, das 6.500 inscrições (Curchin, 2017, p. 84) que compõem o *corpus* epigráfico, têm-se o registro de 363 inscrições (de diferentes tipologias: honorífica, votiva, funerária, benemerente e algumas de tipologia indeterminada) que dizem respeito ao meio servil, 265 das quais pertinentes a libertos, 97 a escravos, e uma que registra dois indivíduos de ambas as condições, um liberto e um escravo. No conjunto geral, encontra-se o registro de 422 indivíduos: 316 libertos (75%) e 106 escravos (25%), confirmado a tendência de maior representação dos libertos no registo epigráfico. Sobre a espacialização das inscrições, das 363 epígrafes contabilizadas, 229 inserem-se no meio urbano (63%), sendo 132 casos

³ Vale destacar que, desde a publicação do volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL - cuja primeira edição foi publicada em 1892 pela Academia das Ciências de Berlim), o *corpus* epigráfico peninsular está em constante expansão, sobretudo, devido à continuidade das escavações arqueológicas desenvolvidas por distintas instituições de pesquisa. Atualmente, três publicações se destacam na divulgação de novas epígrafes, sendo elas o *Ficheiro Epigráfico*, suplemento da Revista de Arqueologia Conimbriga, vinculada ao Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra; o *Epigraphic Database Heidelberg* (EDH – editado pela *Heidelberg Academy of Sciences and Humanities*, desde 2007, coordenado pelo Prof. Dr. Christian Witschel) e o *Hispania Epigraphica Online* (HEpOnl – atualmente coordenado pelo Profº Dr. Prof. Dr. Joaquín Gómez-Pantoja).

oriundos da capital provincial, Augusta Emérita⁴. Quanto à distribuição por *conventus*, destaca-se nitidamente o *Emeritensis*, com 65% do total de inscrições, enquanto que os *conventus Pacensis* e *Scallabitanus* contam com cerca de 13% e 22%, respectivamente (Teixeira, 2023, p. 30-31).

A dimensão dos dados apresentados exige uma alternativa metodológica que viabilize análises qualitativas, não generalizantes e que respeite as especificidades de cada cidade provincial. Frente a isso, a espacialização das inscrições se torna uma ferramenta fundamental para a compreensão do objeto de análise a nível local. Consequentemente, a análise comparativa do perfil epigráfico das cidades oportuniza uma compreensão mais fidedigna do horizonte provincial. Essas são as razões pelas quais escolhi apresentar um panorama geral do caso da cidade de Olisipo.

Uma das marcas dos estudos da Península Ibérica na Antiguidade consiste na sua caracterização como um território marcado pelo cruzamento de duas zonas culturais, a mediterrânea e a atlântica. Outro ponto de destaque consiste na antiguidade da ocupação humana que, em algumas regiões, remonta os últimos três milênios (inclusive de época Pré-histórica). Esse é o caso do estuário do Rio Tejo, espaço onde se localizou o *municipium Felicitas Iulia Olisipo* (atual Lisboa). A definição da cidade como “grande porto romano da fachada atlântica” tem encontrado lugar no recente debate especializado (vide os recentes trabalhos de Carlos Fabião [2018, 2021] e Victor Filipe [2020]), ao destacar o caráter estratégico de sua localização e reforçar a sua importância no contexto imperial romano.

Como salientam os estudos de Carlos Fabião, o registro arqueológico tem demonstrado a vitalidade das ligações atlânticas na distribuição para o norte dos artigos mediterrâneos e na presença de bens characteristicamente atlânticos neste mar interior. Especialmente após a fixação da fronteira noroeste do Império na zona dos atuais Países Baixos e Alemanha (a Germânia Inferior), e da conquista e integração da Grã-Bretanha, no Principado do Imperador Cláudio, a frente atlântica da Península Ibérica ganhou uma relevância particular, sobretudo se considerarmos a via marítima como uma forma eficiente de deslocar grandes quantidades de produtos e gentes a distância (Fabião, 2021, p.15-18).

Diante da impossibilidade da navegação direta desde o Mediterrâneo até ao Norte Atlântico, os espaços que puderam funcionar como pontos de apoio ou escala ganharam especial importância, Olisipo se enquadra nesse contexto. Diferente de outras cidades-porto já conhecidas, o caso do município se torna peculiar porque as informações sobre a estrutura urbana da cidade (incluindo as portuárias) ainda são muito escassas e os vestígios fragmentários encontrados pela atual cidade de Lisboa alimentam calorosos debates. Contudo, mesmo sem estruturas portuárias, molhes e cais, a relevância da circulação marítima tem sido mapeada por meio de outros registros arqueológicos identificados nos sítios olisiponenses, tais como moedas, ânforas, cerâmicas, cetárias, cepos de âncoras, dentre outros (Faria, 2020, pág. 162).⁵

Como indicado por João Pimenta, a gênese do povoado indígena que antecedeu a cidade de Olisipo localizou-se na colina Castelo de São Jorge. Sua situação topográfica diferenciada, caracterizada pelo amplo controle visual, permitia o domínio estratégico da foz do Tejo e o controle do acesso ao interior do território. De acordo com o autor, a importância e o dinamismo econômico deste grande aglomerado urbano remontaria

⁴ Silvia Teixeira ainda destaca que, considerando o contexto dos conventos provinciais, é possível destacar algumas exceções, o *conventus Pacensis*, por exemplo, das 48 epígrafes registradas, 27 são provenientes de meios rurais. Outro exemplo é o território da atual província de Cáceres, no *Conventus Emeritensis*, onde das 78 epígrafes contabilizadas, 62 são contextualizadas na esfera rural.

⁵ Nesta perspectiva, ganham destaque as pesquisas desenvolvidas pela Arqueologia do Patrimônio Cultural Subaquático, pois os dados indicados por esse campo de estudos agregam aos artefatos já conhecidos, vestígios de objetos lusitanos em naufrágios distantes do seu local de produção (FARIA, 2020).

meados do século VIII a.C. e manteria fortes contatos com o sul peninsular (Pimenta, 2020, p.51-52).

Embora Olisipo não tenha exercido nenhuma função administrativa, na época romana a cidade ganhou relevância tanto por seu uso militar⁶, como pela localização estratégica que a transformava em um porto natural. Sobre isso, Fabião indica que, além do transporte dos produtos produzidos no contexto peninsular, Olisipo também foi um grande centro de consumo de artigos alimentares importados de diferentes regiões do Mediterrâneo. Leiamos suas considerações:

O vinho, o azeite e as conservas importados foram consumidos nesta cidade que produzia (e até exportava) esses mesmos artigos. Recentes estudos demonstraram a presença de olea e vitis na paisagem olisiponense desde tempos anteriores à presença romana, conhecendo significativa expansão sob o domínio de Roma. (...) Se este rico e diversificado leque de mercadorias importadas aqui chegou por estar a caminho das províncias setentrionais, no âmbito da distribuição institucional ou de um “comércio livre”, se Olisipo foi somente beneficiária por ser a porta de acesso à capital provincial ou se, cumulativamente, constituía também núcleo importador em si, é algo que muito dificilmente poderemos deslindar no estado actual dos conhecimentos. Seguro é que recebeu quantidades significativas de ânforas, transportando alimentos de desvairadas paragens, que uma parte dos seus habitantes consumiu, e que, sem dúvida, os agentes locais se envolveram na sua ampla redistribuição no território provincial (Fabião, 2020, p. 6).

Como destacado por Carlos Fabião, a integração de Olisipo aos circuitos comerciais mediterrânicos e atlânticos é bem documentada arqueologicamente. Todavia, a observância dessa dinâmica comercial não deve suplantar um outro nível de integração: a circulação de gentes e ideias. Em certa medida, o hábito epigráfico integra esse contexto.

No que se refere aos dados epigráficos da cidade, os dados que apresentaremos integram as bases de dados epigráficas online (nomeadamente, *Epigraphik Datenbank Clauss* e *Hispania Epigraphica Online*) e a tese doutoral de Silvia Teixeira (2020). Com base nesses corpora, sabemos que há cerca de 300 inscrições encontradas em território olisiponense (excluindo as inscrições muito fragmentadas e sem gravação). Contudo, apenas 51 delas fazem referência a escravos e libertos (cerca de 17%). Destas, 29 foram atribuídas ao território urbano, registrando 38 indivíduos - sendo a maioria libertos. Já os territórios rurais fornecem 22 inscrições, documentando 37 indivíduos (Teixeira, 2019, p. 71).

Considerando esse cenário, neste texto, eu gostaria de dar destaque a 02 inscrições referentes a um mesmo indivíduo, o *augustalis perpetuus C. Heius Primus*, um personagem já conhecido no *corpus* epigráfico da cidade (CIL II 183). Ambas foram encontradas nas ruínas do teatro romano, no século XVIII. Apesar da construção do teatro remontar possivelmente à época augustana, as referidas inscrições (uma honorífica e outra benemerente) se contextualizam em uma segunda fase construtiva, datada de 57 d.C. Nelas, vemos, além do registro do indivíduo (onomástica, filiação, tribo de inscrição), dados sobre sua condição de liberto, sua ascensão econômica, sua participação na esfera pública, bem como as conexões estabelecidas com o poder imperial. Vejamos os textos:

⁶ Essa hipótese é levantada pelo geógrafo Estrabão em sua Geografia (III, 3, 1). Segundo seu relato, a primeira instalação romana no sítio de Lisboa teria sido de matriz militar, no decurso do processo de conquista. O geógrafo menciona a fortificação de *Olisipon*, (com nome grafado em grego), como posição de retaguarda, para apoio às campanhas de conquista que se dirigiram para norte peninsular. Sobre isso, ver: FABIÃO, 2021, pág. 19.

Inscrição - Homenagem a C. Heius Primus, augustal perpétuo.

Descrição do suporte e contexto de achamento: acredita-se que poderia compor um pedestal de estátua (VASCONCELOS, 1913, nº 225) encontrado nas ruínas do teatro romano em 1798, e que teria desaparecido durante as obras de reconstrução pombalina:

Registro nos catálogos online: HEpOL 21285; EDCS-05500206

Texto: - - - - / [Augu]stali / perpetuo / C(ai) Heio C(ai) I(iberto) / Primo / C(aius) Heius Primi lib(ertus) / Nothus et Heia / Primi I[ib(erta)] Elpis / Heia Notha Secunda / C(aius) Heius Nothi f(ilius) Gal(eria) / Primus Ca[t]o / Heia Nothi f(ilia) Chelid(o) / T(itus) [H]eius Nothi f(ilius) Gal(eria) / Glaphyrus Nothian/[us? - -] / - - - -

Tradução: Ao Augustal perpétuo C. Heius Primus, liberto de Caius. Caius Heius Nothus, liberto de Primus, e Heia Elpis, liberta de Primus, Heia Notha Secunda, C. Heius Primus Cato, filho de Nothus, da tribo Galéria, Heia Chelido, filha de Nothus, Titus Heius Glaphyrus Nothianus, filho de Nothus, da tribo Galéria (colocaram).

Fonte da tradução: Inscrição n. 51 do catálogo de Silvia Teixeira (2020, vol. II, p. 55).

Inscrição 2 - Reconstrução do teatro romano de Olisipo por C. Heius Primus

Descrição do suporte e contexto de achamento: inscrição gravada no mármore que integrou a parede do *proscaenium* do Teatro. É constituída por uma só linha, gravada em vários blocos sequenciais, dos quais restam apenas nove. O texto registra o financiamento da reconstrução do teatro romano de Olisipo por parte do augustal perpétuo C. Heius Primus, mais precisamente as obras de reconstrução e respectiva decoração do *proscaenium* e da *orchestra*.

Registro nos catálogos online: HEpOL 21272 e EDCS-05500193

Texto: Nerone Claudio divi Claudi f(ilio) Germa[nici] C]aesari[n]is nep(oti) Ti(beri) C]aesaris [pron(epoti) divi Augusti abn(epoti) Caesari] Aug(usto) Germanico pont(ifici) max(imo) trib(unicia) pot(estate) III / imp(eratori) III co(n)s(uli) II designato III proscaenium et orchestram cum ornamenti Augustalis perpetuus C(aius) Heius Primus Cato / HEIA[... d(onum) d(edit)]

Tradução: No reinado de Nero Cláudio César Augusto Germânico, filho do divino Cláudio, neto de Germânico César, bisneto de Tibério César, trineto do divino Augusto, pontífice máximo, dotado do poder tribunício pela terceira vez, Imperador pela terceira vez, cônsul pela segunda vez, designado pela terceira vez, o augustal perpétuo Caius Heius Primus ofereceu o *proscaenium* e *orchestra* com esculturas.

Fonte da tradução: Inscrição n. 52 do catálogo de Silvia Teixeira (2020, vol. II, p. 56).

Na análise da onomástica presente nas inscrições, entende-se que C. Heius Primus é patrono de C. Heius Nothus⁷ e Heia Elpis, de cuja união resultaram quatro filhos, três dos quais já com condição livre: C. Heius Primus Cato, T. Heius Glaphyrus e Heia Chelido (vide as análises de Vieira da Silva, 1944, pág.176 e Edmondson, 2009, p. 125). Em se tratando de Heia Notha Secunda, é possível que tenha nascido antes da construção do monumento, o que abre a hipótese de a personagem ter nascido como escrava do dono da sua mãe, Primus, e, depois, ter recebido a manumissão por este (TEIXEIRA, 2020, p.55). Todavia, Edmondson apresenta outra interpretação, na qual o nome da personagem seria Heia Nothi f. Secunda, o que lhe conferiria condição de ingenua. Além disso, os duplos *cognomina* de Cato e Nothianus remeteriam às aspirações sociais desta família (Edmondson, 2009, p. 126).

No estudo dessas inscrições, Luis da Silva Fernandes destaca a raridade do registro do gentilício Heius⁸, de origem itálica (provavelmente osca, se seguirmos as análises de Camodeca, 1982, p. 105), e difundido no mundo romano, estando presente em importantes centros portuários (para a lista, ver Fernandes (2005). De acordo com o mapeamento de Fernandes, trata-se de uma família poderosa ligada ao comércio marítimo, originária de Cumae, cuja atuação evergeta remonta a 200 a.C. e é bem documentada nos edifícios públicos da cidade. Para além dessa origem cumana, a partir do século I a.C., há registros da *gens* em outras regiões da Península Itálica, no litoral da Campânia, Sicília, no Mediterrâneo Oriental, na Germânia, em Siscia (Pannonia Superior), além dos casos encontrados em Olisipo (Fernandes, 2005, p. 39-40).

Depreende-se dos dados epigráficos que C. Heius e os seus libertos teriam atuado como *negotiatores* e magistrados locais em importantes centros portuários do Mediterrâneo, particularmente na época augustana, incluindo o de Olisipo. Nas palavras de Fernandes (2005, p. 35), “a fortuna e relevo social ostentados por C. Heius Primus devem-se certamente às actividades comerciais e marítimas proporcionadas por Olisipo”. Através do sacerdócio do culto imperial, Primus alcançaria o ápice possível para sua origem social e consolida o seu estatuto de notável ao atuar como benemérito da urbe e contribuir generosamente para a renovação do teatro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do augustal perpétuo nos chama a atenção pelas conexões interprovinciais que o exame de sua onomástica e atuação política indicaram. Todavia, ele não é o único liberto a construir fortuna e notoriedade. A ele somam-se outros augustais e libertos que tiveram suas trajetórias eternizadas pelo registro epigráfico⁹.

Em suma, o percurso trilhado neste texto buscou destacar a fertilidade do exame das inscrições provinciais para o debate proposto por Joly e Knust. A partir do meu horizonte de estudos, e considerando o exemplo de Heius Primus, comprehendo que o exame das trajetórias dos agentes envolvidos (isto é, daqueles que deixaram registros epigráficos) no comércio interprovincial amplia nosso olhar a respeito da escravidão romana, sobretudo,

⁷ De acordo com Silvia Teixeira (2020, pág. 55), o liberto Nothus é o mesmo que presta uma homenagem ao médico Atimetus em Mérida (TEIXEIRA, 2020, inscrição de nº 133), onde realizou a sua formação médica. Após esse período formativo, o personagem retornou para Olisipo, onde recebeu a manumissão de Primus.

⁸ Na Hispânia, registra-se apenas mais um caso, o do duúnviro L. Heius Labeo (CIL II, nº 3541, Murcia), próximo de Carthago Nova, cidade portuária da província *Tarracónensis*.

⁹ São os casos do pedestal oferecido por C. Arrius Optatus e C. Iulius Eutiches (CIL II 182) à figura do Imperador divinizado e as oferendas em homenagem a divindades romanas, entre as quais Apolo (AE 1936, 107), Esculápio (CIL II 175), e Mercúrio (CIL II 181), cuja ligação ao poder imperial se revela aparente pelo uso do epíteto Augusto (TEIXEIRA, 2019, p. 74).

no que se refere às dinâmicas que esse sistema desenvolveu a nível local (considerando as *civitates*) e regional (entendido como o contexto provincial).

Pensando na temática dos escravos e libertos, quando isolamos os dados da cidade de Olisipo, o panorama observado pode ser considerado demasiadamente limitado, afinal, como poucos casos epigráficos seriam capazes de sustentar uma análise segura sobre a inserção desses grupos, especialmente o dos libertos, na sociedade olisiponense? Entendo que é na reflexão a respeito dessa questão que emerge uma das características mais desafiadoras do trabalho com a Epigrafia, a saber, lidar com o caráter fragmentário do *corpus*.

A sobreposição dos usos dos espaços e o reaproveitamento dos suportes ao longo dos anos, séculos, milênios, fizeram com que vários exemplares se perdessem ou sucumbissem ao tempo. Contudo, o caso de Heius Primus nos ajuda a observar que não se trata da quantidade de inscrições analisadas, mas da forma como questionamos o documento e buscamos respostas na ampliação da escala de análise. Nesses termos, torna-se fundamental a investigação dos dados de outras cidades, províncias e regiões para, numa abordagem comparativa, identificar os espaços que integram as cadeias mercantis, tecer as redes de sociabilidade e mapear a circulação dos agentes envolvidos a partir de suas respectivas trajetórias

REFERÊNCIAS

BELTRÁN LLORIS, Francisco. Latinization, Citizenship, and the Epigraphic Habit. *In*. MULLEN, Alex (Edt.) *Social Factors in the Latinization of the Roman West*. Oxford: Oxford University Press, 2023, p. 24-50.

BELTRÁN LLORIS, Francisco. Estudios paleoeuropeos: lenguas, escrituras, culturas epigráficas. *PALAEOHISPANICA: Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*, n. 20, p. 13-20, 2020.

BELTRÁN LLORIS, Francisco. The “Epigraphic Habit” in the roman world. *In*. BRUUN, Christen; EDMONDSON, Jonathan. *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 89-148,

BORGES, Airan dos S. A epigrafia jurídica flávia e os procedimentos de integração provincial na Hispania romana. *Revista PHOÍNIX*, Rio de Janeiro, n. 22-2, p. 76-95, 2016.

CURCHIN, Leonard. Slaves in Lusitania: Identity, demography and social relations. *Conimbriga. Revista Coimbra*, n. 56, p 75-108, 2017.

FABIÃO, Carlos. *Felicitas Iulia Olisipo a Lisboa Romana. Scaena: Revista do Museu de Lisboa - Teatro Romano*. Lisboa, p. 82-97, 2020.

FABIÃO, Carlos. Felicitas Iulia Olisipo: um grande porto romano no Atlântico (prefácio). *In*. FILIPE, Victor. *Olisipo (Lisboa), o grande porto de fachada atlântica: economia e comércio*. Lisboa: UNIARQ/FL-UL, 2023, Série Estudos & Memórias, n. 20.

FABIÃO, Carlos. Felicitas Iulia Olisipo, mais do que uma cidade entre o Mediterrâneo e o Atlântico. *In*. FABIÃO, Carlos (Edt.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: A morfologia urbana*. Lisboa: Caleidoscópio, 2021, p. 14-27.

FARIA, Mariana V. Lusitânia: a circulação Atlântica no Império Romano. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, São Paulo, n. 32, p. 159-166, 2019.

FERNANDES, Luis da S. C. *Heius Primus, augustalis perpetuus. Teatro e encenação do poder em Olisipo.* *Revista MÁTHESIS*, n. 14, p. 29-40, 2005.

FILIPE, Victor. *Olisipo (Lisboa), o grande porto de fachada atlântica: economia e comércio.* Lisboa: UNIARQ/FL-UL, 2023, Série Estudos & Memórias, nº 20.

OLIVEIRA, Airan dos S. B. Hospitalidade e Patronato nos monumentos funerários da Lusitânia romana no século II e.c. *Revista Hélade*, v. 5, n. 3, p. 185-209, 2019.

MACMULLEN, Ramsay. The Epigraphic Habit in the Roman Empire. *The American Journal of Philology*, Autumn, v. 103, n. 3, p. 233-246, 1982.

PIMENTA, João. Antes do teatro: a cidade de Olisipo no período romano republicano. *Scaena: Revista do Museu de Lisboa - Teatro Romano.* Lisboa, p. 46-61, 2020.

TEIXEIRA, Sílvia M. Os grupos servis do município: origem, funções e ambições. In. CAESSA, Ana; CAMPOS, Ricardo (orgs.) *Lisboa Romana, Felicitas Iulia Olisipo: Os monumentos epigráficos.* Lisboa: Caleidoscópio, 2019, p. 69-83.

TEIXEIRA, Sílvia M. *Nascer escravo, morrer livre: contributo para uma história social da Lusitânia romana - volume I*, 2023, 310p. Tese (Doutorado em Arqueologia e Pré-História) -Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

TEIXEIRA, Sílvia M. *Nascer escravo, morrer livre: contributo para uma história social da Lusitânia romana - volume II*, 2023, 390p. Tese (Doutorado em Arqueologia e Pré-História) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Airan dos Santos Borges de Oliveira: Doutora em História, Professora do Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Caicó, Caicó, RN, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Regional de Ensino Superior do Seridó. Rua Joaquim Gregório, S/N, Penedo, 59300000 - Caicó, RN – Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Airan dos Santos Borges de Oliveira.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Airan dos Santos Borges de Oliveira. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de novembro de 2024.

Aprovado em: 18 de dezembro de 2024.

Como citar: OLIVEIRA, Airan dos S. B. de. Contribuições da epigrafia provincial romana para o estudo da escravidão antiga. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 422-433, 2024.